

Metodologia para construção de projetos de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede

Schmidt, Vanice B.¹

Turnes, Valério A.²

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de metodologia de construção de projetos de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede (ARPPR), vistos como instrumentos capazes de alavancar processos de desenvolvimento micro-regional sustentável e solidário baseado na agregação de valor à produção de alimentos orgânicos oriunda da agricultura familiar e na geração de oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de uma metodologia participativa, construída passo a passo, e centrada na capacitação dos atores locais.

Ele contém um breve relato histórico dos debates e dos avanços referentes à transformação/beneficiamento da produção pelos agricultores familiares, o modelo de organização em rede, as características principais que devem ter as ARPPR e a metodologia proposta para a sensibilização e a construção do projeto técnico.

ABSTRACT

This paper shows a small scale agroindustrial units net-work projects constructions proposal, where those projects are seem as intruments able to promote local sustenable development and solidary processes based on value aggregation to organic food production from familiar agriculture and work opportunity creation. It's an interative methodology, built step by step, and concerned on protagonists capacitation.

This paper also brings a breaf historic report about conventions and improvements on familiar farmers benefits on poduction, the net organization model, the principal characteristics which small scale agroindustrial units should have and the proposed methodology to sensitize and help the thechnical project elaboration.

¹ Engenheira agrônoma. Assessora da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral-AGRECO. Endereço: Caixa Postal 691 Florianópolis SC Brasil - CEP 88010-970 Fone/fax (0XX480)237 4576 vanice@agrecos.com.br

² Engenheiro agrônomo, Msc. Assessor da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral-AGRECO. Endereço: Rua Luiz Oscar de Carvalho, 100 bloco A Apto 405 Trindade Florianópolis SC Brasil. CEP 88036-400. Fone (0XX48)234 46 28. vturnes@uol.com.br

1. Introdução

O tema da agroindústria pode ser abordado a partir de duas perspectivas: uma que propõe a criação de grandes plantas industriais em que o agricultor participa unicamente como fornecedor de matéria prima e, outra, onde se aposta na construção de um modelo baseado em pequenas unidades, articuladas entre si, onde os agricultores são os donos e gestores dos empreendimentos.

Tem – se evidenciado, nos últimos anos, que a opção pela formação dos grandes conglomerados agro-industriais, apoiados pelas políticas públicas, gerou problemas sociais e ambientais. Suas estratégias de concentração, intensificação e especialização da atividade têm provocado exclusão de agricultores, degradação dos recursos naturais, especialmente a água e o solo, e esvaziamento de comunidades rurais.

Em contrapartida, cresce o debate sobre o papel da agroindústria de pequeno porte, localizada no meio rural e gerida pelos agricultores, diante das novas propostas de desenvolvimento sustentável, apresentando-a como um instrumento capaz de contribuir para a criação de uma nova forma de gestão do território e a ampliação de oportunidades de trabalho e renda, pela agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar. Destaque-se que essa proposta deve ser vista não como solução individual para um ou outro agricultor, mas como instrumento de desenvolvimento rural que, articulado com outros instrumentos nessa mesma perspectiva (promoção do agroturismo, valorização do artesanato etc.), seja capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e para a consolidação do importante segmento sócio-econômico e cultural por eles formado.

Este artigo apresenta uma metodologia de construção de projetos de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede (ARPPR), que têm por objetivo alavancar processos de desenvolvimento micro-regional sustentável e solidário, baseado na agregação de valor à produção de alimentos orgânicos oriunda da agricultura familiar pelo seu beneficiamento/transformação em unidades de pequeno porte e pela geração de oportunidades de trabalho e renda.

Dentro desta lógica, o agricultor e seus familiares assumem todas as atividades da cadeia produtiva. De simples produtores de matéria prima, passam a desempenhar funções polivalentes que vão desde a de principal executivo até a de vendedor, com todas as dificuldades que isso comporta. Por isso, capacitação torna-se uma das estratégias mais importantes de sucesso na construção, continuidade e avanço das iniciativas. Essa capacitação é contínua, se dá de diferentes formas e se refere tanto aos agricultores envolvidos no processo, quanto aos profissionais que lhes prestarão acompanhamento e assistência técnica.

Primeiramente, faz-se um breve relato histórico dos debates e dos avanços referentes à transformação/beneficiamento da produção pelos agricultores familiares.

Em seguida, apresenta-se o modelo de organização, as características principais das ARPPR e a metodologia proposta para a implantação das redes. Finalmente, tece-se algumas considerações finais.

2. A transformação/beneficiamento da produção pelos agricultores familiares: do auto-consumo a instrumento de desenvolvimento: um breve histórico

O tema “agroindústria” esteve presente nas discussões sobre o desenvolvimento rural brasileiro nas últimas décadas, tendo sido tratado de forma diferenciada pelos definidores dos instrumentos de política pública. Na maioria das vezes, a agroindústria foi e é vista de forma dissociada do desenvolvimento rural, tratando o setor agrícola como um mero fornecedor de matéria prima. Produto desta visão dominante, consolidou-se um poderoso parque agroindustrial voltado à economia de grande escala e, prioritariamente, aos mercados internacionais.

No outro extremo, resistiram iniciativas que vislumbram a agregação de valor aos produtos originários da agricultura familiar, através da agroindustrialização difusa, como uma estratégia de desenvolvimento do meio rural e de viabilização de milhares de unidades de produção agropecuária.

Analisando de forma expedita esta segunda ótica, podemos identificar uma evolução considerável nas propostas de organização e das estratégias para o setor.

Inicialmente, o processamento das matérias primas era incentivado como forma de estimular o aproveitamento racional de alguns produtos. Nestes casos, o estímulo à elaboração de doces, sucos, panificados, embutidos, derivados de leite etc. tinham como objetivo imediato a melhoria do nível de alimentação das famílias rurais e, quando muito, o abastecimento de vizinhos. Estas ações tiveram o mérito de preservar e recuperar o “saber-fazer” de diversas famílias e comunidades que, muitas vezes, estava relacionado à cultura de seus antepassados.³

Aos poucos, foram surgindo pequenos empreendimentos que buscavam aliar a capacidade de produzir alimentos diferenciados (coloniais, típicos, artesanais...) com a existência de nichos de mercado capazes de absorvê-los. Em alguns estados brasileiros, principalmente no sul, este fenômeno ganhou dimensões expressivas, sobretudo por permitir a geração de renda complementar a um número significativo de famílias rurais. Nota-se neste período, uma presença ainda tímida dos organismos públicos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Mesmo assim, a existência de pequenas agroindústrias, ainda que dispersas e isoladas, passou a motivar a ação de uma série de organizações não governamentais que identificaram na atividade uma alternativa com potencial para contribuir para a viabilização da agricultura familiar.

Mais recentemente, como consequência das políticas de valorização da agricultura familiar, surgiram algumas iniciativas que mostraram o potencial deste tipo de estratégia, principalmente quando se leva em conta a geração de postos de trabalho e o aumento de renda dos habitantes de regiões rurais. O PROVE, lançado pelo Governo do Distrito Federal, é, talvez, o programa que

³ Para maiores informações ler: OLIVEIRA, J.A.V.; SCHMIDT, V.D.B. e SCHMIDT, W.. **Avaliação do Potencial da Indústria Rural de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis. CEPAGRO, 2000

mereça destaque, por ter se constituído num referencial para várias outras iniciativas no Brasil e em outros países. Além dele, o Pronaf Agroindústria, apesar de sua curta duração, propiciou o surgimento de alguns projetos considerados bem sucedidos e que chamam atenção pelos resultados alcançados até o momento. Dentre estes projetos, pode-se citar aquele empreendido em Santa Catarina pela AGRECO⁴.

A metodologia proposta neste artigo foi elaborada a partir da experiência dos autores que, direta ou indiretamente, participaram de alguns dos momentos acima mencionados, principalmente, na construção do Projeto Agroindústrias Modulares em Rede, implementado pela AGRECO em 14 municípios das Encostas da Serra Geral Catarinense⁵

3. O modelo proposto

No modelo aqui proposto, as agroindústrias devem ser de pequeno porte, associativas, descentralizadas, localizadas preferencialmente no meio rural e articuladas em rede. Essas condições são pressupostos para a consolidação e a sustentabilidade da proposta.

O pequeno porte e a descentralização evitam a concentração da produção e de resíduos poluidores e tornam os sistemas de tratamento dos mesmos muito mais simples, garantindo a preservação do ambiente.

A característica associativa de cada unidade é fundamental para assegurar o suprimento da matéria prima a ser transformada, a mão de obra necessária para seu funcionamento e permite uma melhor gestão do empreendimento.

A localização no meio rural, ou em municípios com essas características, contribui para a dinamização local e a permanência das pessoas nesse espaço, com qualidade de vida. Esse aspecto é especialmente importante quando relacionado com as comunidades que estão passando por um processo de esvaziamento e precisam ser revitalizadas econômica e socialmente.

A articulação em rede possibilita a consolidação do princípio da diversificação e da escala de produção, pela organização solidária dos agricultores familiares, diminuindo as perdas e ampliando as possibilidades de mercado para seus produtos. Nessa rede, os empreendimentos associativos de cada região deverão estar articulados em torno uma unidade central de apoio gerencial, de âmbito intermunicipal, a ser criada e administrada pelos próprios produtores familiares, com a finalidade de prestar serviços de assistência técnica, "*marketing*" e comercialização e, ainda, assessorar o conglomerado no sentido de otimizar sua inserção no mercado, eliminando o que for possível de intermediação na aquisição de insumos e equipamentos para as unidades agro-industriais e, principalmente, na venda dos produtos finais aos consumidores. (ver esquema abaixo). Para isso, ela

⁴ AGRECO: Associação dos agricultores ecológicos das Encostas da Serra Geral

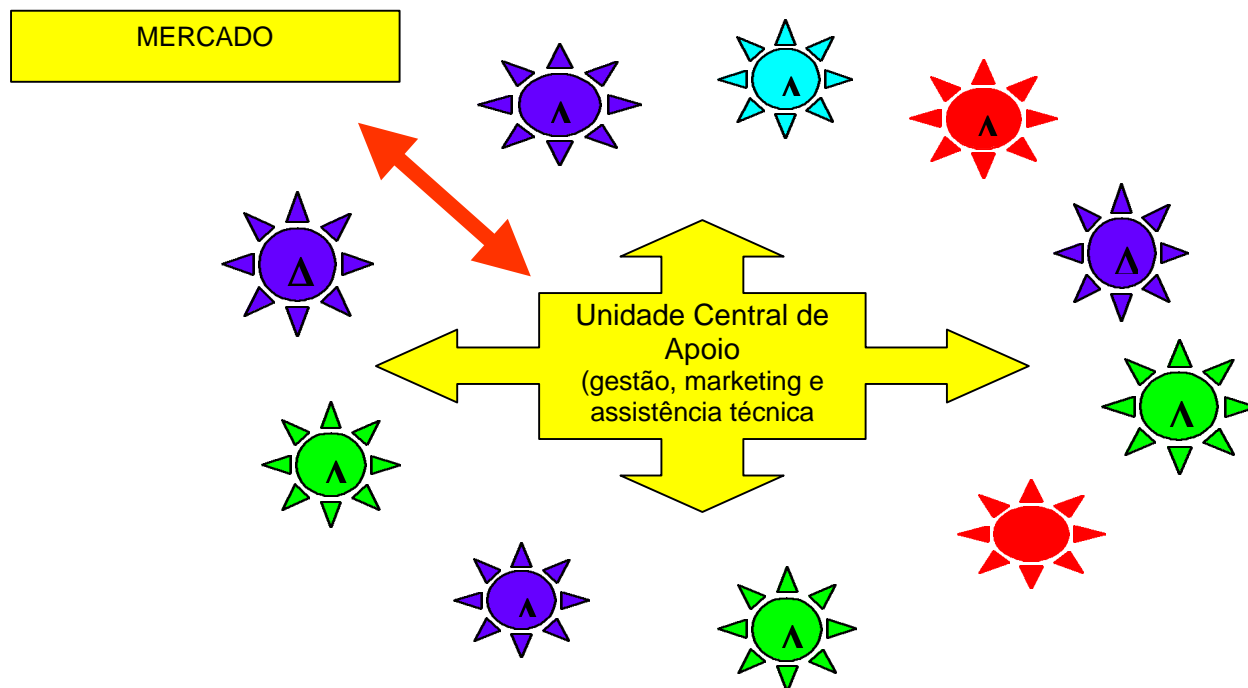
⁵ Para maiores informações ler: AGRECO e CEPAGRO. **Agroindústrias Modulares em Rede - Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima**. Mimeo. 09 p. Florianópolis, 1998; e SCHMIDT, W., SCHMIDT, W. e TURNES, V. Desenvolvimento local em espaços rurais; a Construção e um "território" nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. e SCHMIDT, W. **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2000. (no prelo).

deve contar com pessoal qualificado na área de assistência técnica ao processo produtivo agro-industrial, comercialização e “*marketing*”. Essa unidade de apoio deverá ser detentora de uma marca coletiva para os produtos da rede e estabelecer uma estratégia de “*marketing*” e de comunicação que valorize as características diferenciadas dos produtos, os atributos do território em que são produzidos, o fato de serem oriundos de pequenas agroindústrias ligadas à agricultura familiar e contribuir para um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

No que se refere aos processos, deve-se priorizar aqueles que incorporem elementos da tradição e da cultura, aproveitem, valorizem e preservem os recursos locais/regionais disponíveis e resultem em produtos diferenciados. Tais processos devem acontecer em unidades simples, utilizando-se de instalações e equipamentos adaptados à pequena escala, mas capazes de garantir a higiene, a sanidade e o sabor dos produtos.

O produto final destas agroindústrias deve contar com a garantia de um acompanhamento técnico e de um serviço de inspeção sanitária e cumprir os demais requisitos exigidos pelo mercado formal.

Ressalte-se que todo o processo - e, mesmo, a estética das instalações e o cuidado com os equipamentos - deverá contribuir para a construção da imagem dos produtos: ligados à agricultura familiar e a um meio rural vivo e preservado.



4. A metodologia

A metodologia aqui proposta para a construção de projetos de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede é participativa, construída passo a passo, e centrada na capacitação dos atores locais. Essa capacitação parte da compreensão do modelo de desenvolvimento que se busca construir, passa pela discussão, entendimento e apropriação do modelo do projeto de agroindústrias e vai até a elaboração da proposta técnica.

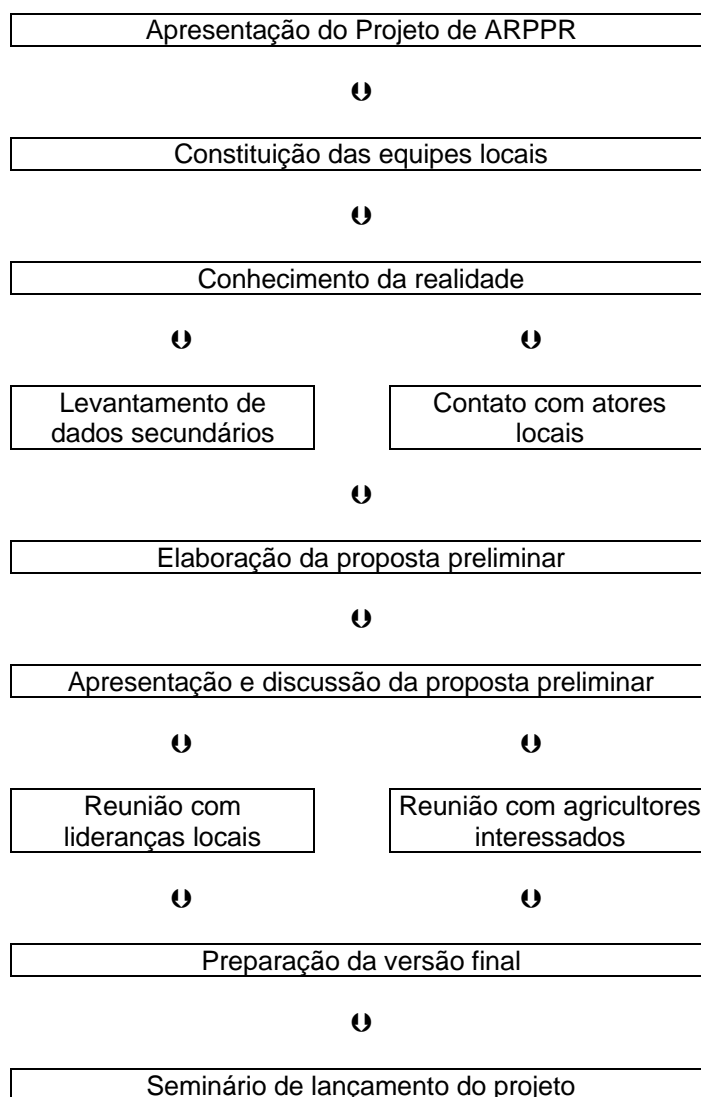
A constituição de redes de agroindústrias de pequeno porte por agricultores familiares é uma proposta nova. Como tudo que é novo, há muito de desconhecido e que precisa ser apreendido pelos que dela participam. Esse aprendizado se dá pela capacitação.

Neste caso, capacitação é compreendida como toda a ação que tenha por objetivo preparar os atores do processo para a construção, a implantação e a obtenção da autonomia para conduzir e garantir a continuidade do projeto. Assim, ela se dirige tanto aos agricultores quanto aos técnicos e aos administradores envolvidos.

Trata-se de um processo constante e que tem início com a capacitação de técnicos e lideranças ligados às instituições que assumiram compromissos com a implantação do projeto. Esta ação visa criar novas competências e estimular o estabelecimento de parcerias e sinergias entre os parceiros. Além disso, busca-se oferecer condições para que a construção/implantação do projeto contem com o compromisso dos membros da equipe local e de suas instituições, que passam a ser co-autores da proposta.

O diagrama abaixo apresenta as diversas etapas da metodologia de trabalho proposta:

Etapas da metodologia para construção de projetos de ARPPR



Descreve-se, abaixo, cada uma das etapas dessa metodologia. Note-se que a capacitação deve permear todas elas. Optou-se por detalhar, no item 5, a proposta de capacitação da equipe técnica de apoio local, por se entender que o sucesso desse tipo de iniciativa está diretamente ligado à capacidade que os técnicos envolvidos terão de dar suporte técnico, garantir continuidade ao processo e de promover, junto com a equipe de coordenação, a mobilização/animação constante dos atores locais/regionais.

4.1. Apresentação da proposta de projeto de Agroindústria Rural de Pequeno Porte em Rede

Trata-se de uma reunião ampliada em que se apresenta a proposta de projeto aos mais diversos tipos de atores locais que possam vir participar dele. Sua função é de tornar o modelo de projeto conhecido e sensibilizar participantes.

Esta atividade deve ser precedida de um trabalho de sensibilização e identificação de atores sociais relevantes, a ser realizada por profissionais com experiência em trabalhos de desenvolvimento rural e pelo representante da instituição que patrocina o início das ações.

4.2. Constituição das equipes de apoio local.

Está prevista aqui, a constituição de duas equipes de apoio local com papéis definidos e diferentes.

A primeira, que passa a ser chamada de Equipe de Coordenação do Projeto, tem caráter político/administrativo, ficando responsável pela articulação institucional, amarração de parcerias, negociações, organização das atividades e mobilização constante das instituições envolvidas no processo, devendo, portanto, ser delas representativa.

A segunda é a equipe técnica de apoio local. Essa equipe deve ser composta por técnicos das organizações/instituições⁶ atuantes na região e participantes do Projeto. Ela tem a função de prestar apoio técnico, contribuindo no levantamento das informações, na descentralização e na democratização do processo. É ela também que garantirá a animação contínua, pela sua ação direta com os atores locais, pela capacitação dos técnicos de atuação dos municípios envolvidos que, por sua vez, capacitam os agricultores, condição indispensável à garantia da continuidade do desenvolvimento do Projeto.

4.3. Conhecimento da realidade local:

Essa etapa compreende 2 momentos:

4.3.1 Levantamento de dados secundários e informações existentes referentes a:

- ✓ Ações desenvolvidas na região que tenham como perspectiva a promoção do desenvolvimento local sustentável (Planos de Desenvolvimento Local, presença e forma de atuação na região de instituições privadas e públicas, de âmbitos local, regional, estadual e federal, programas de apoio etc.);
- ✓ Projetos e estudos referentes à agroindústria rural de pequeno porte na área de abrangência do projeto;
- ✓ Produção agrícola, processos e estágios de organização dos agricultores, existência de produtos e processos tradicionais e possibilidade de produção dos mesmos, condições de infra estrutura

⁶ Esses profissionais devem ter uma inserção mínima junto aos agricultores dos municípios; um conhecimento do meio rural local e das atividades nele desenvolvidas; um grau de instrução que lhes permita entender, ler, escrever, coletar e transmitir informações dos/aos demais atores locais; ter capacidade para realizar reuniões de motivação, de apresentação da proposta, de organização dos interessados; ter possibilidade de dar prioridade aos trabalhos relativos ao Projeto, o que significa dispor de tempo para realizar as atividades a ele relacionadas, inclusive participar de todas as etapas completas de capacitação (item 5). Essa participação é indispensável para que eles tenham a noção de cada passo e, assim, do todo. Finalmente, esses técnicos devem ser identificados com a proposta e estar abertos para enfrentar desafios e fazer trocas de conhecimento.

(estradas, energia elétrica, disponibilidade de água, telefone etc.) na região e possibilidades de canais de comercialização para os produtos orgânicos da agricultura familiar.

4.3.2 Contato direto, através de visitas e reuniões nos municípios, com os atores locais envolvidos.

É a etapa de contato mais direto com representantes do poder público, das instituições/organizações públicas e privadas com potencial para apoiar o Projeto de ARPPR (crédito, assistência técnica, legalização dos empreendimentos, capacitação, mobilização e organização dos agricultores etc.). O objetivo dessa etapa é apresentar a concepção do Projeto, sensibilizá-los e levantar parceiros potenciais para sua consecução. Ela serve ainda para estabelecer um diagnóstico do ambiente institucional local/regional para o desenvolvimento da proposta, apontando possíveis entraves e subsidiando a busca de alternativas de superação dos mesmos.

Outra finalidade dessa etapa é levantar, nos municípios, as organizações de agricultores melhor estruturadas para participar do Projeto de agroindústria, os principais produtos com potencial para isso, bem como as agroindústrias existentes que possam ser incorporadas ao projeto, identificando a necessidade de adaptações, caso elas existam. Feito isso, é função da equipe técnica de apoio local, realizar reuniões por comunidade/município onde foram detectados os agricultores mais estruturados para participar do Projeto, com objetivo de apresentar a proposta a eles e conhecer sua intenção/disposição para participar.

4.4. Elaboração da proposta preliminar de um Projeto de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede

Tendo como base as informações, os dados levantados e os contatos realizados na etapa de conhecimento da realidade, elabora-se uma versão preliminar do Projeto, com o esboço do desenho da rede.

4.5. Apresentação e discussão da proposta preliminar do Programa com os atores locais/regionais envolvidos:

Essa versão deve ser apresentada aos atores locais envolvidos, para conhecimento, avaliação, sensibilização e possíveis alterações. Para tanto são realizados:

- ✓ Reuniões com lideranças e representantes das organizações/instituições locais/regionais parceiras;
- ✓ Encontro com o conjunto dos agricultores levantados como sendo os que apresentam maior potencial para desencadear o processo para apresentação da proposta, sensibilização à participação e confirmação dos reais interessados.

4.6. Preparação da versão final da proposta de um Projeto de Agroindústrias de Pequeno Porte em Rede

Nesta etapa, a equipe técnica consolida o documento final de projeto, agregando as considerações e as sugestões resultantes da etapa anterior. Deve ser levado em conta que o projeto

deverá ser submetido a organismos de financiamento previamente mapeados. Desta forma, o documento final deverá conter elementos suficientes para atender as exigências dos possíveis financiadores.

4.7. Apresentação da versão final aos atores do processo - agricultores e parceiros locais/regionais.

A devolução aos atores locais deve ser realizada através de um seminário de lançamento do projeto.

Este evento deve ser organizado de forma a favorecer o conhecimento da proposta por todos os envolvidos, principalmente, aqueles que poderão contribuir com sua implementação efetiva (entidades ligadas à assistência técnica e capacitação, agentes financeiros, imprensa, canais de comercialização, políticos etc.).

5. Capacitação das equipes locais de apoio

Como já foi mencionada, a capacitação transpassa todo o processo de construção do projeto e deve continuar na sua implementação. Já se falou também da importância do trabalho das equipes de apoio local para a construção da proposta e sua continuidade. Por isso, um esforço importante deve ser feito na capacitação dessas equipes, especialmente a de técnicos, visando prepará-las para dar suporte técnico ao processo e promover a mobilização constante dos atores locais/regionais.

Essa metodologia propõe essa capacitação em seis etapas, de uma semana cada uma (em média uma semana por mês). Nos intervalos entre uma etapa e outra, os técnicos locais executam tarefas deixadas pelos formadores e que visam consolidar o conteúdo discutido, manter a animação constante dos atores e levantar dados e informações indispensáveis à compreensão e à construção da proposta. No final de 06 a 08 meses⁷, espera-se contar com um grupo de pessoas preparadas para atuar na construção técnica e política do projeto e garantir a sua continuidade no tempo.

Apresenta-se, abaixo, sugestões dos conteúdos e os resultados esperados de cada etapa.

Etapa 1 - Capacitação inicial das equipes locais de apoio:

Trata-se de uma etapa mais teórica, de nivelamento de conhecimentos e conceitos e de compreensão do modelo de desenvolvimento a ser construído. Ela serve para consolidar a concepção do projeto⁸. Além disso, com esses elementos apreendidos, os técnicos têm condições de fazer o levantamento do potencial para esse tipo de proposta e a sensibilização dos agricultores dos municípios envolvidos.

Programa:

- a) apresentação e compreensão dos seguintes aspectos
 - ✓ modelo desenvolvimento sustentável e solidário;
 - ✓ modelo de agroindústria proposto, apontando seus potenciais e suas dificuldades;

⁷ O tempo depende da dinâmica de cada local.

- ✓ modelo de organização em rede do projeto que se vai construir, apontando igualmente seus potenciais e suas limitações;
 - ✓ modelo de assistência técnica proposta: coletiva e participativa, ilustrando com exemplos do que se tem feito em outras experiências;
- b) Apresentação e padronização de método de levantamento de dados para realização do diagnóstico do potencial da região para esse tipo de projeto

Resultados esperados:

Instrumento (questionário) de coleta de dados padrão, construído coletivamente; organizações de agricultores e produtos com potencial para desencadear o processo identificados; fluxo sintético do funcionamento da cadeia produtiva dos produtos levantados e; diagnóstico do ambiente institucional e levantamento e amarração das parcerias realizados.

Etapa 3

Programa:

- a) Análise do potencial diagnosticado;
- b) Formação dos grupos de agricultores que constituirão as unidades agro-industriais;
- c) Capacitação da equipe técnica para elaboração dos projetos técnicos de cada unidade e do projeto global.

Resultados esperados:

Esboço da versão preliminar da proposta do Projeto; equipe técnica local capacitada para iniciar a elaboração dos projetos técnicos das unidades.

Etapa 4

1) Programa:

- a) Acompanhamento e continuação da capacitação da equipe técnica na elaboração dos projetos;
- b) Definição, junto aos agricultores, do modelo de organização em rede a ser adotado;
- c) Capacitação da equipe técnica para implantar o modelo de organização em rede escolhido;
- d) Levantamento da possível necessidade de reforçar a equipe técnica⁹ com profissionais de áreas não contempladas pelos técnicos existentes nas instituições parceiras

Resultados esperados:

Projetos técnicos de cada unidade elaborados; esboço do projeto global com modelo de organização definido; necessidade de recursos humanos especializados levantada; equipe técnica local capacitada para implantação do modelo de organização em rede adotado.

⁸ Essa etapa pode ser dirigida tanto para a equipe técnica como à de coordenação. As demais etapas se destinam especialmente à equipe técnica.

⁹ Tem-se constatado, em experiências dessa natureza, que os quadros das instituições participantes não possuem os profissionais necessários para a implantação e o acompanhamento do projeto, sendo necessário completá-lo

Etapa 5

Programa:

- a) Levantamento e definição de canais de comercialização para os produtos das agroindústrias de pequeno porte em rede;
- b) Análise, verificação da viabilidade e complementação da versão preliminar do projeto global e de suas partes;

Resultados esperados:

Canais de comercialização definidos; análise da viabilidade de implantação do projeto; dados levantados para alterações na versão preliminar da proposta.

Etapa 6

Programa:

- a) Análise e aprovação da versão final do projeto de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede;
- b) Apresentação do projeto aos agricultores e parceiros locais, regionais, estaduais e federais.

Resultados esperados:

Proposta técnica final do Projeto de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte em Rede apresentada e avaliada pelos atores; equipe técnica capacitada para contribuir na implementação do Projeto; agricultores participantes do Projeto compreendendo e sendo atores do processo.

Cabe salientar que o objetivo principal dessa construção coletiva e participativa é fazer com que os atores do processo se vejam como sujeitos, sintam-se parte da proposta e responsáveis pelo seu sucesso, ou fracasso. A capacitação é feita no sentido de fazer com que técnicos locais e agricultores se apropriem do projeto através do conhecimento do que ele é, de como é construído, de como funciona, para que serve, que benefícios pode trazer para a população local, quais as dificuldades serão enfrentadas; etc. Busca-se, assim, quebrar com a prática do paternalismo e dos projetos elaborados em escritórios, sem a participação daqueles que serão os responsáveis pela sua colocação em prática.

A equipe técnica, ao passar pelas 06 etapas de capacitação deverá ser capaz de:

- ✓ Compreender o novo modelo de desenvolvimento que vem embutido na proposta solidária de organização em rede que o projeto apresenta, baseado no fortalecimento da agricultura familiar e na valorização de seus produtos;
- ✓ repassar aos demais atores locais esse entendimento;
- ✓ entender a complexidade e dominar o funcionamento da rede de agroindústrias proposta, para poder repassar as informações aos agricultores e auxiliá-los na sua tomada de decisão de implantação de uma unidade de produção e de participação da rede;

- ✓ saber levantar dados e buscar as informações necessárias à elaboração do projeto técnico de uma agroindústria de pequeno porte;
- ✓ conhecer as estratégias e os canais de comercialização que serão adotados;
- ✓ fazer a animação e a motivação constante dos agricultores e dos demais atores locais.

Considerações finais

Essa metodologia é uma tentativa de sistematização dos passos necessários para a construção e implantação de projetos de agroindústrias rurais de pequeno porte em rede. Ele é fruto da experiência vivida pelos autores, especialmente resultado da participação no "Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede" desenvolvido pela AGRECO, na Região das Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina.

Note-se que a ênfase foi dada no processo de construção coletiva do projeto, através da capacitação para que essa participação seja possível. Entende-se que a sequência do processo vai depender fundamentalmente do sucesso dessa construção, da capacidade de liderança, articulação e organização das instituições participantes e do envolvimento dos demais atores locais, especialmente os agricultores.

É importante salientar que não se pretende, com essa proposta de metodologia, fornecer uma receita pronta. Busca-se, no entanto, propor uma estratégia que permita a construção de projetos tecnicamente bem elaborados e politicamente legitimados. A dinâmica de cada situação é que define a pertinência de sua utilização, a necessidade de adoção de instrumentos metodológicos específicos e o ritmo do processo.

Saliente-se, ainda, que esta metodologia vem sendo utilizada em várias regiões do país e tem apresentado resultados expressivos em relação a sua capacidade de envolvimento de atores sociais e criação de condições para o surgimento de iniciativas econômicas inovadoras.

Os resultados obtidos até o momento permitem afirmar que existe um imenso potencial de transformação de áreas desfavorecidas econômica e socialmente, quando são utilizadas metodologias baseadas na solidariedade e na cooperação entre os atores sociais que compõem estes territórios.

Bibliografia

- AGRECO e CEPAGRO. **Agroindústrias Modulares em Rede - Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima**. Mimeo. 09 p. Florianópolis, 1998.
- OLIVEIRA, J.AV.; SCHMIDT, V.D.B. e SCHMIDT, W.. **Avaliação do Potencial da Indústria Rural de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis. CEPAGRO, 2000.

SCHMIDT.V.D.B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural – XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, 2000.

SCHMIDT.V.D.B. Indústria de Pequeno Porte como instrumento de desenvolvimento rural sustentável; Inércias e Avanços recentes para esta perspectiva. In OLIVEIRA, J.AV.; SCHMIDT, V.D.B. e SCHMIDT, W.. **Avaliação do Potencial da Indústria Rural de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis. CEPAGRO, 2000.

SCHMIDT, W., SCHMIDT, W. e TURNES, V. Desenvolvimento local em espaços rurais; a Construção e um “território” nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. e SCHMIDT, W. **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2000. (no prelo).

SILVA, J.B. da. e GILES, A. **PRONAF Agroindústria, documento referencial** Brasília: MA/SDR, 48p. 1998